

PROJETO DE LEI N.º 3.700, DE 2025

(Do Sr. Cobalchini)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas prestadoras de serviços em bares, restaurantes, bistrôs e estabelecimentos similares indicarem, de forma clara e destacada, o percentual cobrado a título de taxa de serviço e informarem que o pagamento é facultativo.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE DEFESA DO CONSUMIDOR E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD PROJETO DE LEI Nº _____/2025

(Do Sr. COBALCHINI)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas prestadoras de serviços em bares, restaurantes, bistrôs e estabelecimentos similares indicarem, de forma clara e destacada, o percentual cobrado a título de taxa de serviço e informarem que o pagamento é facultativo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

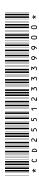
- **Art. 1º** Ficam os bares, restaurantes, bistrôs e estabelecimentos similares obrigados a indicar, de forma clara e destacada em seus cardápios físicos e digitais, cupons fiscais, notas de consumo e demais formas de apresentação de preços, o percentual da taxa de serviço eventualmente cobrada.
- **Art. 2º** É obrigatória a inclusão de aviso visível e em local de fácil leitura informando que a taxa de serviço é opcional e que o consumidor não está obrigado a pagá-la.
- § 1º O aviso de que trata o caput deverá conter, no mínimo, os seguintes dizeres:
- "A taxa de serviço de ____% é opcional. O cliente não é obrigado a pagá-la."
- § 2º O percentual deverá ser preenchido conforme o valor efetivamente praticado pelo estabelecimento.
- **Art. 3º** O descumprimento desta Lei sujeitará o estabelecimento às sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.
- **Art. 4º** Esta Lei entra em vigor após 90 (noventa) dias de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A presente proposta visa proteger o consumidor e garantir transparência nas relações de consumo, especialmente em bares, restaurantes, bistrôs e estabelecimentos similares que tradicionalmente cobram uma taxa de serviço, geralmente de 10%. Embora já existem estabelecimentos cobrando até 13% sem informar ao consumidor.

Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gabinete 358 | CEP: 70160-900 – Brasília/DF Telefone: (61) 3215-5358 | dep.cobalchini@camara.leg.br







Câmara dos Deputados Gabinete do Deputado Cobalchini – MDB/SC

Embora essa taxa seja amplamente praticada, muitos consumidores ainda desconhecem seu caráter facultativo, o que configura uma prática potencialmente abusiva. Em alguns casos, há até constrangimento quando o consumidor opta por não pagar essa taxa, o que contraria os princípios da boafé e da livre escolha que norteiam o Código de Defesa do Consumidor.

Ao obrigar os estabelecimentos a informarem de forma clara tanto o percentual cobrado quanto a opcionalidade do pagamento, o projeto reforça o direito à informação e assegura que o consumidor possa tomar sua decisão de maneira consciente e livre de pressões.

Além disso, a medida contribui para um ambiente de consumo mais ético e transparente, fortalecendo a confiança entre clientes e prestadores de serviços, sem interferir na política interna de remuneração dos trabalhadores, que continuam podendo ser valorizados pelos bons serviços prestados — mas com clareza e respeito ao consumidor.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em de 2025. de

VALDIR COBALCHINI

Deputado Federal – MDB/SC





FIM DO DOCUMENTO